

MERCOSUL

Avança negociação de
acordo anticorrupção



ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Assembleia Geral da
ONU contra a Corrupção
aprova Declaração

OCDE

Os Grupos de Trabalho
sobre Suborno e Governo
Aberto

PAINEL

O Painel de Recomendações
e o formulário para eventos e
atividades internacionais

G20

Princípios sobre corrupção no
esporte e a avaliação sobre
suborno transnacional



NOTÍCIAS DA INTRACGU

Clique nas chamadas e leia na IntraCGU

Webinário da ICIC debate transparência em
questões de saúde

CGU participa de debate sobre proteção de
denunciantes na América Latina e Caribe

CGU promove evento virtual sobre o
fortalecimento da integridade corporativa
por meio dos acordos de leniência

ICIC: Ministro da CGU participa de reunião
de comissários de acesso à informação

CGU e OCDE analisam resultados iniciais
da Avaliação de Governo

NOVO PAINEL DA CGU

O Painel de Recomendações de Foros Internacionais já está no ar!

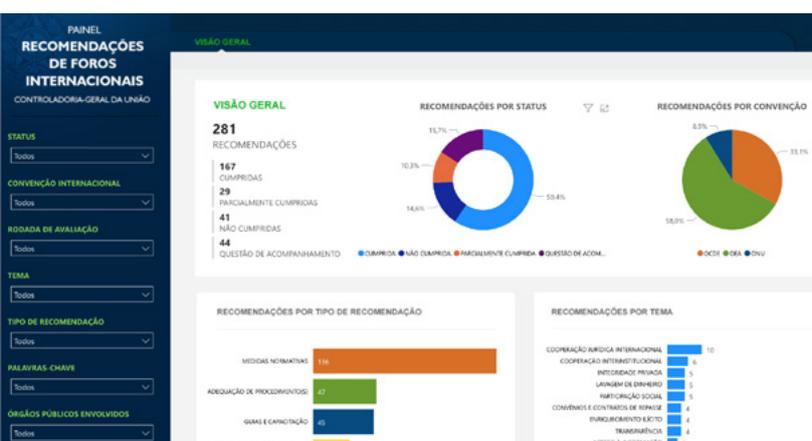
A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT) tem o prazer de abrir esta edição do boletim, informando sobre o Painel de Recomendações de Foros Internacionais, lançado no dia 27 de julho de 2021. Desenvolvida pela Assessoria em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação, a ferramenta permite o acesso ao conteúdo completo das recomendações e a detalhes sobre seu cumprimento.

DADOS DO PAINEL

É possível verificar o conteúdo de cada recomendação, em que rodada de avaliação foi emitida, os órgãos envolvidos na implementação e a situação (status) quanto ao cumprimento. Os status são divididos em cumpridas, parcialmente cumpridas, não cumpridas e questões de acompanhamento.

As questões de acompanhamento englobam duas possibilidades: as recomendações que tratam de itens que serão periodicamente observados, ou seja, estão sob um monitoramento contínuo; assim como aquelas em que não há um consenso entre os órgãos envolvidos quanto à efetividade, caso sejam executadas.

Quanto ao cumprimento, os critérios de classificação se baseiam no posicionamento dos avaliadores internacionais ou em informações técnicas prestadas pelos órgãos nacionais responsáveis, ainda que aguardem validação pelos mecanismos de avaliação. Estes parâmetros foram adotados para prestar à sociedade informação atualizada sobre a implementação das medidas, já que as rodadas de avaliação seguem ca-



Até o momento, o Brasil recebeu 281 recomendações, a maior parte delas (58%) decorrente da implementação da Convenção da OEA

Até o momento, o Brasil recebeu 281 recomendações, a maior parte delas (58%) decorrente da implementação da Convenção da OEA

O Painel concentra todas as recomendações direcionadas ao Brasil, emitidas

por mecanismos de avaliação da implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA), da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (ONU) e da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE).

Cada Convenção adota um mecanismo de avaliação para acompanhar a implementação das medidas acordadas pelos estados membros. Os mecanismos analisam, periodicamente, se a legislação e as instituições brasileiras estão de acordo com os dispositivos internacionais e se são efetivas. A partir desse monitoramento, os peritos avaliadores elaboram as recomendações com medidas a serem adotadas ou aperfeiçoadas pelo país avaliado. Em geral, a partir das avaliações, são elaborados relatórios que contêm recomendações ao país. As avaliações ocorrem em etapas, havendo um intervalo entre elas.

lendário definido e se estendem por vários anos até que o país seja avaliado novamente.

Vale lembrar que o cumprimento de recomendações de foros internacionais é um dos pilares do Plano Anticorrupção, que reúne ações pactuadas por um conjunto de órgãos do Poder Executivo federal. O Painel também permite visualizar quais as recomendações foram priorizadas para o ciclo 2020-2025.

A própria publicação do Painel de Recomendações estava prevista na ação 44 do Plano Anticorrupção 2020-2025. Além de ser mais um recurso de transparência ativa oferecida pela Controladoria-Geral da União, atende a uma demanda antiga junto a avaliadores internacionais.

FORMULÁRIO

Vai participar de alguma atividade internacional? Não deixe de preencher o formulário

Com preenchimento simples e rápido, o [Formulário de Participação em Eventos Internacionais](#) foi elaborado para subsidiar o calendário interno da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT). O objetivo é possibilitar a visualização das atividades previstas e contribuir para que a AINT preste o apoio que for necessário e se mantenha alinhada aos interesses

das secretarias, ao identificar oportunidades de intercâmbio e cooperação com parceiros externos.

Assim, solicitamos que a participação em futuros eventos, reuniões ou treinamentos no âmbito internacional seja registrada no formulário. Em breve, o link do formulário também estará disponível na IntraCGU.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Assembleia Geral da ONU contra a Corrupção aprova Declaração



Registro do discurso do ministro Wagner Rosário na UNGASS 2021 cedido pela Missão do Brasil na ONU

O ministro Wagner Rosário chefiou a delegação brasileira que participou virtualmente da [Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas contra a Corrupção 2021 \(UNGASS 2021\)](#), que ocorreu em formato híbrido na sede das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, de 2 a 4 de junho de 2021.

O evento foi marcado pela adoção da [declaração política](#) que estabelece o compromisso dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção a efetivamente enfrentar os desafios e implementar medidas de prevenção e de combate à corrupção, além de fortalecer a cooperação internacional. A declaração foi resultado de intensos meses de nego-

ciação, a qual teve participação ativa da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme divulgado em edições anteriores do Boletim CGU Internacional.

Destaca-se, principalmente, a contribuição da CGU para ver refletido no texto da declaração o compromisso dos países signatários com a promoção da integridade nos setores público e privado, em linha com os esforços nacionais e internacionais da Casa nessa área. Podemos citar, nesse contexto, a aprovação da [Resolução 8/3](#) sobre integridade pública durante a 8ª Conferência dos Estados Partes da UNCAC, em 2019, cujo texto foi proposto pelo Brasil, e o recente lançamento do [Sistema de Integridade Pública do Poder](#)

[Executivo Federal](#) (Sipef), que visa a ampliar a efetividade dos programas de integridade dos órgãos federais e prevenir atos de corrupção.

Em seu [discurso](#) pré-gravado, o ministro da CGU parabenizou a declaração que foi adotada e mencionou a mobilização rápida que os órgãos anticorrupção brasileiros realizaram para mitigar o efeito da corrupção dentro do contexto da pandemia da Covid-19. Destacou a política brasileira de ampla transparência e de promoção do controle cidadão para reduzir os riscos de corrupção e promover a integridade, tanto pública quanto privada: *"... o governo brasileiro está publicando ativamente informações relevantes sobre iniciativas relacionadas com a Covid-19 através de vários canais de fácil acesso. Ademais, um canal específico de denúncias foi criado para receber reclamações e sugestões relativas às ações de comba-*

te à pandemia o qual apresentou um recorde histórico em nossa plataforma em termos de participação".

Além da transparência, o discurso ressaltou a importância da tecnologia no combate à corrupção, dando como exemplo a utilização das técnicas avançadas para identificação de fraudes no pagamento do auxílio emergencial. Por fim, destacou a criação do Comitê Interministerial de Combate à Corrupção e a elaboração do Plano Anticorrupção do governo federal.

Dentro da programação dos eventos paralelos (*"side events"*) que ocorreram às margens da plenária da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas contra a Corrupção, a CGU promoveu o painel *"Strengthening Corporate Integrity Through Non-trial Resolutions"* para discutir o fortalecimento da integridade corporativa por meio dos acordos de leniência.

Avança negociação de acordo anticorrupção no Mercosul

Por iniciativa brasileira, teve início negociação de acordo anticorrupção no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo do acordo é reafirmar o compromisso com as medidas de prevenção e combate à corrupção já estabelecidas em outros foros multilaterais, além de criar as bases para fortalecer a cooperação jurídica nas esferas criminal, civil e administrativa, entre os membros do Bloco, o que vem sendo defendido pelo Brasil a partir de coordenação entre a Controladoria-Geral da União, o Ministério das Relações Exteriores, a Advocacia-Geral da União e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A negociação do acordo avançou durante a presidência pro-tempore argentina, de

modo que se espera que haja consenso durante a presidência brasileira, iniciada em 8 de julho de 2021.



Representantes da AINT na reunião do Mercosul

Lançamento da Rede Operacional Global para Autoridades de Combate à Corrupção

A Rede Operacional Global para Autoridades de Combate à Corrupção – [GlobE Network](#) foi lançada no dia 3 de junho de 2021, no âmbito das reuniões paralelas à UNGASS 2021.

A rede, criada no âmbito do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20, sob a presidência da Arábia Saudita, tem como objetivo promover a cooperação entre autoridades de todo o globo para o desenvolvimento de respostas ágeis a crimes de corrupção que ultrapassam fronteiras.

O ministro Wagner Rosário participou do lançamento a convite da Diretora Executiva do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Ghada Waly. Em discurso pré-gravado, parabenizou a criação da Rede e reconheceu a importância da cooperação internacional na luta contra a corrupção, enfatizando o compromisso do Brasil com a cooperação em suas diferentes esferas, seja criminal, civil ou administrativa, as quais espera que a rede impulse.

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

No período de junho e julho de 2021, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou de reuniões do Grupo de Trabalho sobre Suborno (Working Group on Bribery - WGB), no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dos grupos vinculados à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e do Grupo

Anticorrupção do G20. Os servidores da Casa estiveram envolvidos em atividades de avaliação e monitoramento dos compromissos assumidos, assim como participaram de discussões temáticas. Ainda no contexto de avaliações, a CGU recebeu missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), referente ao artigo IV do convênio com o Fundo.

OCDE

GRUPO DE TRABALHO SOBRE SUBORNO

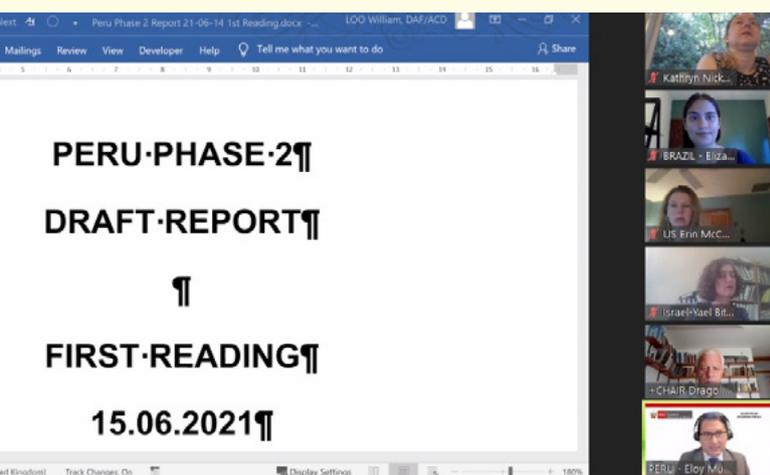
O Grupo de Trabalho sobre Suborno (*Working Group on Bribery - WGB*) realizou a segunda plenária de 2021 entre 14 e 18 de junho. Houve a retomada do *Tour de Table*, ocasião em que países membros previamente designados devem apresentar, detalhadamente, casos de **suborno transnacional** sob sua jurisdição. Os casos

reportados no *Tour de Table* compõem a matriz de casos de suborno transnacional do WGB, que é regularmente atualizada, com o intuito de acompanhar a implementação da Convenção sobre o Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais pelos países membros.

Monitoramento e Avaliação

O Brasil, juntamente com Israel, tem atuado como avaliador principal referente à Fase 2 de avaliação da implementação da Convenção pelo Peru. O trabalho faz parte das atividades regulares de monitoramento e avaliação dos países membros do WGB e segue a Recomendação de 2009. Esta norma é o instrumento que serve como principal referência na avaliação da implementação da Convenção sobre Suborno da OCDE. A Recomendação de 2009 se encontra em processo de revisão, a expectativa do grupo é finalizar a revisão e concluir a aprovação do novo texto até o fim do ano.

A reunião tratou ainda de temas específicos sob discussão relativos à proteção ao denunciante de boa-fé, reconhecimento das relações entre corrupção e gênero e incentivos para a adoção de medidas de compliance, inclusive sobre o Anexo II da Recomendação de 2009, que trata de boas práticas sobre controles internos, ética e compliance.



Assessora Especial para Assuntos Internacionais, Elizabeth Cosmo, durante avaliação do Peru no WGB. O grupo aprovou o relatório de avaliação e as recomendações formuladas ao Peru, bem como o sumário executivo do relatório e a nota de imprensa sobre o processo de avaliação.

IMPLEMENTAÇÃO

Nosso país já passou por três rodadas de avaliação em relação à Convenção da OCDE. Até o momento, o Brasil cumpriu 77% das 93 recomendações emitidas.

GOVERNO ABERTO

Além das atividades relacionadas à Convenção da OCDE, a Controladoria discutiu temas sobre governo aberto, inovação do setor público e governo digital. A Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção participou da 3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Governo Aberto, que aconteceu em 29 de junho de 2021. As reuniões do Grupo de Trabalho se iniciaram em 2019 e são momentos de diálogo e de troca de conhecimento.

A CGU NA OCDE

- Grupo de Trabalho sobre Suborno*: AINT/GM, DIREP/CRG, DAL/SCC
- Grupo de Trabalho de Governo Aberto: DTC/STPC
- Grupo de Trabalho sobre Integridade Pública: DPI/STPC
- Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização: DAE/SFC, DPI/STPC
- Comitê de Governança Corporativa: DPI/STPC

Aliança de Auditores: SFC

**Também compõem a delegação brasileira: Advocacia-Geral da União, Ministério Público Federal e Ministério das Relações Exteriores.*

ONU

Brasil discute responsabilização de pessoa jurídica e ressalta importância dos acordos de leniência

O Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção realizou sua 12ª Sessão, juntamente com a 12ª Sessão do Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção, de 14 a 18 de junho de 2021. Assim como nas recentes reuniões, o encontro ocorreu em formato híbrido, com a presença física de delegados no *Vienna International Centre*, na Áustria, e com a presença virtual dos demais membros das delegações.

A delegação brasileira contou com a participação da Controladoria-Geral da União (CGU), representada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais; da Advocacia-Geral da União; do Ministério das Relações Exteriores (MRE); do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério Público Federal.

Merece destaque a discussão temática

sobre a **responsabilidade das pessoas jurídicas** no âmbito de crimes de corrupção, na qual a CGU, em intervenção realizada em coordenação com o MRE, detalhou aspectos da Lei 12.846/2013, que determina a responsabilização civil e administrativa de pessoas jurídicas por violações cometidas contra a administração pública nacional ou estrangeira, incluindo o suborno transnacional.

Além disso, ressaltou-se a importância dos **acordos de leniência** no contexto da colaboração que o setor privado pode estabelecer com o poder público em investigações e processos de responsabilização administrativos, abordando a possibilidade de atenuações de penas, redução de multas e o compromisso de implementação de programas de compliance efetivos.



O diplomata André Rypl representou o Brasil presencialmente nas reuniões do Grupo de Revisão da Implementação da UNCAC e do Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção

G20

Os novos princípios sobre corrupção no esporte e a avaliação sobre suborno transnacional

O Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (ACWG) reuniu-se, em formato virtual, pela segunda vez em 2021, durante os dias 5 a 8 de julho, para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos sob a presidência italiana. A delegação brasileira foi chefiada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da Controladoria-Geral da União e contou ainda com a participação de representantes da Advocacia-Geral da União.

Na ocasião, os países do ACWG aprovaram, por consenso, dois importantes documentos para o enfrentamento global do fenômeno da corrupção: os Princípios de Alto Nível sobre Corrupção no Esporte e o Relatório de Progresso sobre Suborno Transnacional.

Os **Princípios de Alto Nível sobre Corrupção no Esporte** visam a fortalecer os esforços internacionais de combate à corrupção no esporte e conscientizar a comunidade internacional sobre as ameaças à integridade no esporte. Os princípios aprovados estão alinhados com a [Declaração Política](#) adotada durante a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Corrupção (UNGASS 2021) e as Resoluções [7/8](#) e [8/4](#) da Conferência dos Estados Partes (CoSP) da Convenção

das Nações Unidas contra a Corrupção.

O **Relatório de Progresso sobre Suborno Transnacional**, elaborado em cooperação com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é baseado em um questionário de autoavaliação compilado voluntariamente pelos países membros. O documento fornece uma visão geral do progresso feito pelos países do G20 na implementação de seus compromissos nessa área. O Brasil destacou, entre outros avanços, seu robusto arcabouço normativo, que criminaliza atos de suborno nacional e transnacional e condutas relacionadas, bem como a responsabilização objetiva civil e administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública doméstica e estrangeira.

O ACWG promoveu, ainda, sessão conjunta com o Grupo de Trabalho da OCDE sobre Suborno em Transações Comerciais Internacionais, do qual o Brasil é membro. A reunião consistiu em duas sessões dedicadas, respectivamente, à promoção da transparência e integridade no setor privado e à efetiva repressão ao delito de suborno transnacional.

PRÓXIMOS ENCONTROS

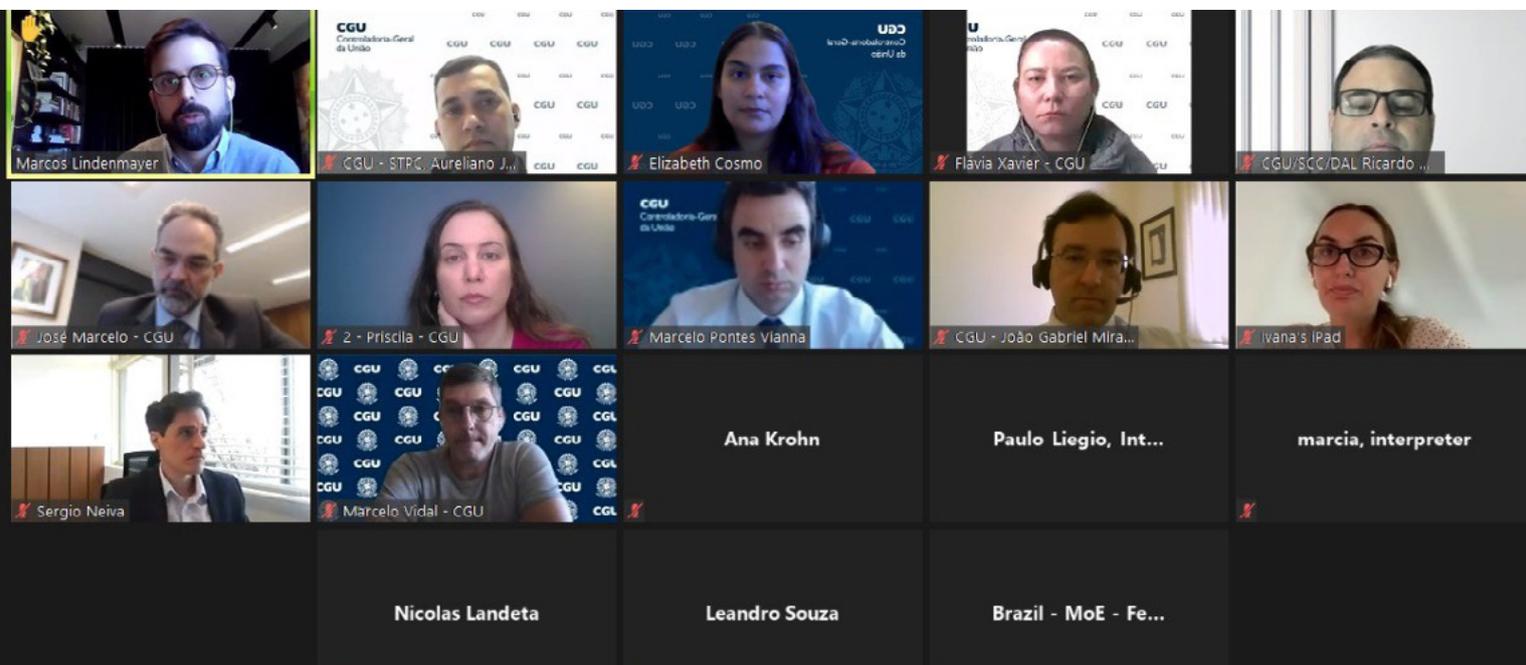
A terceira reunião do ACWG está agendada para o período de 28 de setembro e 1 de outubro. Até lá, o trabalho do grupo e as negociações virtuais continuarão a ocorrer. Está previsto o lançamento do Compêndio de Boas Práticas em Mensuração da Corrupção, assim como dos Princípios de Alto Nível na Prevenção e Combate à Corrupção em Emergências, o Relatório de *Accountability* 2021, que descreve as realizações do ano, e o Plano de Ação do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 para o período de 2022-2024.



Cronograma de elaboração e entrega do Accountability Report 2021

FMI

CGU recebe missão do artigo IV do FMI



Representantes de diversas áreas da CGU em reunião FMI

A Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu, em 29 de junho de 2021, representante do Fundo Monetário Internacional (FMI), em reunião virtual organizada como parte da Missão do Artigo IV do Convênio Constitutivo do Fundo. A missão é composta por visitas técnicas que ocorrem anualmente aos órgãos de interesse e fazem parte do processo de supervisão a que estão submetidos os países membros do FMI. A reunião foi conduzida pelo Secretário-Executivo, José Marcelo de Carvalho, e contou com a participação da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e de todas as secretarias finalísticas da CGU.

Durante a reunião, foram abordados temas relativos às ações no combate à corrupção no contexto da pandemia da Covid-19, sobretudo relacionadas ao controle sobre compras públicas, bem como ações

de transparência do beneficiário final e da declaração de ativos de agentes públicos. Teve destaque a construção do Plano Anticorrupção e diversas ações que o compõem e que poderão auxiliar na resposta a recomendações do FMI feitas ao Brasil em missões passadas.

O produto final dessa visita constituirá relatório público, a ser divulgado na [página do Fundo](#), e servirá para auxiliar o Brasil na identificação de boas práticas e obstáculos na condução das políticas econômica, financeira e fiscal, além de contemplar recomendações com base na experiência dos demais membros e nos estudos técnicos do Fundo. O eixo anticorrupção insere-se na avaliação de reformas e políticas institucionais com potencial para fortalecer o crescimento econômico do país.

COOPERAÇÃO

AValiação sobre GOVERNO ABERTO

A Diretoria de Transparência e Controle Social (DTC/STPC) colaborou com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na realização de uma série de entrevistas virtuais com autoridades públicas e representantes da sociedade, como parte da Avaliação sobre Governo Aberto no Brasil.

A avaliação é fruto do Acordo de Cooperação Técnica entre o governo brasileiro e a OCDE e avançou mais uma etapa. Em 21 de julho de 2021, ocorreu reunião com re-

presentantes da CGU e da OCDE para tratar dos resultados preliminares da avaliação.

O objetivo desta iniciativa é definir e traçar estratégias para aprimorar, prestar assistência e apoiar o avanço da agenda de governo aberto no Brasil, a partir da avaliação sobre as políticas e práticas já implementadas no país. Este trabalho é importante para auxiliar o Brasil a trilhar os caminhos necessários para seu ingresso na OCDE como membro pleno.

PESQUISAS SOBRE CORRUPÇÃO

No dia 9 de julho de 2021, foi realizado encontro entre a Controladoria-Geral da União (CGU), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Rede Interdisciplinar de Pesquisa em Corrupção, que possibilitou a troca de ideias e referências sobre pesquisas de corrupção junto à pesquisadores experientes no tema, ligados a centros de pesquisa nacionais e internacionais.

A reunião fez parte de um ciclo de encontros com acadêmicos e organizações sociais promovidos pela Coordenação-Geral de Inovação na Prevenção da Corrupção (CGINNOVA/STPC) para debater ideias e coletar boas práticas em pesquisas nacionais sobre corrupção. Os aprendizados coletados têm apoiado o projeto de promoção

de pesquisas sobre experiências reais de corrupção no país, desenvolvido no âmbito do Termo de Execução Descentralizada CGU-IPEA nº 6/2020.

As duas instituições firmaram acordo para realizar a Pesquisa Brasileira de Exposição à Corrupção, que tem por objetivo avançar na mensuração da corrupção com base em evidências. A geração de dados sobre corrupção é uma tendência global. A este trabalho se soma a Pesquisa Sobre Ética e Corrupção no Serviço Público, realizada pelo Banco Mundial, em parceria com a CGU e com a Escola Nacional de Administração Pública. Ambas as iniciativas estão relacionadas à **ação 26 do Plano Anticorrupção 2020-2025**.

PRÓ-ÉTICA

Em 28 de junho de 2021, auditores da Diretoria de Promoção da Integridade (DPI/STPC) participaram do workshop de cooperação técnica intitulado *“Proyecto de Cooperación Técnica Trilateral Brasil, Alemania y Paraguay - Fortaleciendo la integridad en tiempos de crisis”*. A Alliance for Integrity intermediou o encontro entre autoridades paraguaias e a Controladoria-Geral da União (CGU), a

fim de fomentar práticas de integridade privada naquele país. O Paraguai pretende criar uma iniciativa semelhante ao Programa Empresa Pró-Ética. Neste encontro, os servidores da CGU compartilharam sua experiência adquirida no âmbito do Pró-Ética, explicando a metodologia do programa e sua evolução nos últimos 10 anos.

CGU APRESENTA O MÓDULO “ACESSO À INFORMAÇÃO” DA PLATAFORMA FALA.BR À EQUIPE DA DEFENSORÍA DEL PUEBLO DE ECUADOR

A Diretoria de Transparência e Controle Social se reuniu com integrantes da equipe da Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação Pública da Ouvidoria do Equador (*Defensoría del Pueblo de Ecuador*) para compartilhar a experiência brasileira referente à utilização do Módulo “Acesso à Informação”, da Plataforma Fala.BR, e do Painel da Lei de Acesso à Informação (Painel da LAI).

A reunião virtual, que ocorreu no dia 13 de julho de 2021, foi solicitada pela equipe equatoriana. Atualmente, a Lei Orgânica de Transparência e Acesso à Informação Pública do Equador encontra-se no

Congresso Nacional, para atualização. Os equatorianos pretendiam colher subsídios para a construção de ferramentas de melhoria da gestão e incremento da transparência pública no país.

As experiências e boas práticas compartilhadas foram consideradas de grande relevância para a promoção e o fortalecimento do exercício do direito do acesso à informação. Os representantes do governo do Equador demonstraram bastante entusiasmo, objetivando implementar, futuramente, uma ferramenta tão avançada quanto à brasileira e, assim, obter os melhores resultados em prol da sociedade.

CAPACITAÇÃO E CONFERÊNCIAS

32ª Conferência Anual de Fraude Global ACFE

O servidor Gustavo Fleury Soares, à época lotado na Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Educação Básica, Cidadania e Turismo (DS/SFC) e agora Coordenador-Geral de Inovação na Prevenção à Corrupção (DPC/STPC), participou da [32ª Conferência Anual de Fraude Global ACFE](#) promovida pela empresa *Association of Certified Fraud Examiners – ACFE*.

A Conferência é o maior evento de fraudes do mundo. Realizada em formato virtual, em virtude da pandemia,

apresentou mais de 90 sessões, entre 21 e 23 de junho de 2021.

De acordo com a Secretaria Federal de Controle Interno, o conhecimento e as experiências advindas do evento poderão auxiliar os processos de auditoria e análises de dados necessários às atividades da CGU para identificação de erros ou fraudes, pois aumentam e atualizam as possibilidades de identificação, assim como percepção das novas tendências na área.

ICIC 2021

Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação

ICIC 2021

Brasília_Brazil

Access to Information for a Changing World
Using Technology to Promote Inclusion



Controladoria-Geral do
Distrito Federal



CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



Em junho e julho de 2021, foram realizadas diversas atividades da programação do Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação - ICIC 2021, que está sendo organizada pela Ouvidoria-Geral da União:

- Dois webinários com os temas "Fronteiras imprecisas no acesso à informação: home office e gestão de arquivos" (30/06) e "Privacidade e transparência em questões de saúde" (28/07);
- A reunião fechada da sociedade civil, conduzida pela Transparência Brasil (21/06);
- A sessão fechada do ICIC, com duração de 2 dias, que contou com a participação do ministro Wagner Rosário (23 e 24/06);
- E um workshop com o tema "Transparência por design e a gestão de documentos

como meio de boa governança".

O próximo webinário será dia 25 de agosto e abordará o tema "Acesso à informação e liberdade de imprensa". Os webinários são transmitidos ao vivo no [canal do YouTube da CGU](#) e no canal do YouTube do Information Commissioners (ICIC), sempre às 11 horas no horário de Brasília. Cada webinário contará com três painelistas e um mediador, todos especialistas em suas respectivas áreas, que debaterão em língua inglesa.

A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais agradece as contribuições recebidas e a colaboração de todas as secretarias para a elaboração do Boletim CGU Internacional. ■